

DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS EM GOIÁS: O CASO DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO NORDESTE GOIANO¹

CAMPOS, Flávia Rezende²
BRITO DE SÁ, Ênio Kamayurá Bernardo³
CARVALHO, Claudia Regina Rosal⁴

Recebido (Received): 15-03-2018 Aceito (Accepted): 21-06-2018

DOI:

Resumo

O estado de Goiás tem apresentado crescimento acima da média nacional desde 2002 (GOIÁS, 2012) em virtude do fortalecimento da indústria, atraída por incentivos fiscais, localização e abundância de matérias primas. Apesar disso, a diversidade de atividades que geram emprego e renda está localizada em poucos municípios do estado. Assim, surgiu o interesse em estudar a região Nordeste Goiano, cujo objetivo foi comparar os dados de população, emprego, produto, educação e infraestrutura de transportes da região com os dados do estado e das demais regiões, verificando a intensidade das disparidades existentes internamente. A metodologia consistiu na análise descritiva desses indicadores nos anos 2002-2013, coletados do Instituto Mauro Borges (IMB) e IBGE. Os resultados apontaram para uma grande heterogeneidade em Goiás, principalmente se comparada com regiões mais pobres ao norte, como é o caso do Nordeste Goiano que figurou entre as últimas em termos de PIB, PIB per capita, concentração populacional, disponibilidade de ofertas de emprego e de vagas no ensino superior/técnico, baixo acesso à infraestrutura de transportes rodoviários e baixas intenções de investimentos governamentais, mostrando o descaso governamental.

Palavras-chave: Desequilíbrio regional. Goiás. Nordeste Goiano.

REGIONAL IMBALANCES IN GOIÁS: THE CASE OF THE NORTHEAST REGION OF GOIÁS PLANNING

Abstract

The state of Goiás has shown growth above the national average since 2002 (GOIÁS, 2012) due to the strengthening of the industry, attracted by fiscal incentives, location and abundance of raw materials. Despite this, the diversity of activities which generate employment and income is located only in few municipalities in the state. Thus the interest in studying the Northeast region of Goiás which the objective was to compare data of population, employment, product, education and transportation infrastructure in the region with data from the state and other regions, verifying the intensity of internal disparities that exist. The methodology is consisted in the descriptive analysis of these indicators in the years 2002-2013, which was collected from Mauro Borges Institute (IMB) and IBGE. The results have pointed out to a great heterogeneity in Goiás, especially when compared to poorer regions such as in the Northeast of Goiás, which was among the latter in terms of domestic product, domestic product per capita, population concentration, availability of jobs and vacancies in higher education / technical, poor access to road transport infrastructure and low intentions of government investments, showing off the government neglect.

Keywords: Regional imbalance. Goiás. Northeast of Goiás.

DESEQUILIBRIOS REGIONALES EN GOIÁS: EL CASO DE LA REGIÓN DE PLANEAMIENTO NORDESTE GOIANO

¹ Trabalho apresentado no II SEMDE – II Seminário Dinâmica Econômica e Desenvolvimento Regional, em dezembro de 2017.

² Professora de Economia da Universidade Federal de Goiás. E-mail: flaviarezende@hotmail.com

³ Graduado em Economia pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: kamayura.bernardo@hotmail.com

⁴ Professora de Economia da Universidade Federal de Goiás. E-mail: clregina@hotmail.com

Resumen

El estado de Goiás tiene presentado crecimiento por encima de la media nacional desde 2002 (GOIÁS, 2012) en virtud del fortalecimiento de la industria, atraída por incentivos fiscales, localización y cantidad de materias primas. Pese a esto, la diversidad de actividades que generan empleo y renta están localizadas en pocos municipios del estado. De esta forma, surgió el interés en estudiar la región del Nordeste Goiano, con el objetivo de comparar los datos de población, empleo, producto, educación e infraestructura de transportes de la región con los datos del estado e de las demás regiones, verificando la intensidad de las disparidades existentes internamente. La metodología se constituyó en el análisis descriptiva de los indicadores en los años 2002-2013, colectados en el Instituto Mauro Borges (IMB) y del IBGE. Los resultados apuntaron a una gran heterogeneidad en Goiás, principalmente si se compara con regiones más pobres al norte, como es el caso del Nordeste Goiano que figura entre las últimas en términos de PIB, PIB per cápita, concentración poblacional, disponibilidad de ofertas de empleo y de vagas en la enseñanza superior/técnica, bajo acceso a la infraestructura de transportes por carretera y bajas intenciones de inversiones gubernamentales, mostrando la negligencia gubernamental.

Palabras-claves: Desequilibrio regional. Goiás. Nordeste Goiano.

1 Introdução

A heterogeneidade de condições internas dentro de um mesmo país pode ser ferramenta de desenvolvimento que permite o aproveitamento da dotação natural de uma região, mas também pode resultar em sérios desequilíbrios internos, podendo levar inclusive a drenagem de recursos e estagnação de economias incipientes ou com baixo dinamismo.

De acordo com o Instituto Mauro Borges (GOIÁS, 2012), o estado de Goiás tem apresentado crescimento acima da média nacional desde 2002. Analisando o período 2002-2012, o produto interno goiano cresceu, em termos reais, a uma taxa de 4,7% ao ano, desempenho acima do nível nacional, que ficou em 3,4%. Este desempenho se deu principalmente pelo fortalecimento da indústria devido à instalação de empresas de grande porte atraídas por incentivos fiscais oferecidos pelo governo estadual, pela sua localização e abundância de matérias primas. Além disso, foi nesse período que o estado se projetou fortemente no comércio exterior, diversificando tanto a pauta de produtos quanto de parceiros comerciais.

Apesar do estado de Goiás possuir uma diversidade de atividades que geram emprego e renda para sua população, notadamente o agronegócio e, mais recentemente a indústria, estas estão localizadas em poucos municípios do Estado. De uma maneira geral, a metade Sul do estado detém os melhores/menores indicadores, sendo a mais dinâmica economicamente e concentrando os principais empreendimentos industriais. Por outro lado, a metade Norte concentra os piores indicadores e a economia é pouco dinâmica e mais ligada à agropecuária e administração pública. De acordo com os estudos do IMB (GOIÁS, 2013), mais de 80% dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e do programa FOMENTAR/PRODUZIR se concentrou na metade Sul de Goiás. Nessa direção também está

a captação do crédito rural, com distribuição desigual dos recursos a favor da metade Sul, detendo, em média, 81,2% dos recursos.

A partir dessas observações, surge o interesse na região de planejamento Nordeste Goiano, que já recebeu a alcunha de “corredor da pobreza”, representando com ênfase os desequilíbrios regionais internos, possuindo indicadores muito inferiores à média do estado. Este trabalho objetiva comparar os dados de população, emprego, produto, educação e infraestrutura de transportes da região Nordeste Goiano com os dados do estado de Goiás e das demais regiões, com intenção de verificar a intensidade das disparidades existentes internamente.

A metodologia consiste na análise de dados sobre população (Censos 2000 e 2010), emprego e renda (IMB e Ministério do Trabalho e Emprego) para os anos 2002-2013. Os dados relativos ao Produto Interno Bruto foram extraídos da base de dados do IMB, tendo como fonte as informações geradas pelo IBGE para os anos 2002-2014. Foi feita a análise da evolução e concentração do PIB para cada região, comparando a região Nordeste Goiano com o nível do estado e das demais regiões. Foram utilizados também os dados da educação para verificar o nível de concentração e o crescimento de ofertas de vagas de nível superior e técnico para cada região, bem como um levantamento da infraestrutura de transporte rodoviário do estado, verificando sua forma e distribuição.

2 Revisão da Literatura

A problemática envolvendo as grandes disparidades de desenvolvimento econômico entre as nações foi um dos principais objetos de estudo da Ciência Econômica. No entanto, este problema visto no interior das fronteiras de um país, que apresenta diferentes potenciais internos e processos de desenvolvimento econômico próprios, apesar de interligados, gerando diferentes condições socioeconômicas para um mesmo povo, teve menor atenção durante muito tempo.

A orientação restritiva dos argumentos das correntes de pensamento clássico foi elencada como fator limitante para o desenvolvimento da análise econômica mais regionalizada. Somente a partir do início do século XX que o entendimento da distribuição das atividades econômicas no espaço, sobretudo a análise dos fatores de aglomeração, ganhou força dentro da perspectiva do desenvolvimento regional.

Para Christaller, na “Teoria dos Lugares Centrais” (1933), a organização e distribuição dos centros urbanos e de seu entorno resultaria de uma série de relações econômicas e

comerciais. As cidades como lugares centrais, seriam responsáveis pelo fornecimento de bens e serviços que demandariam estar localizados centralmente, como a administração pública e os serviços bancários. As outras atividades e a população estariam dispersas no entorno, sendo uma região complementar e codependente. A relação entre o centro e região complementar é fundamentada pelo princípio da racionalidade, quando toda a demanda é satisfeita com o menor custo de deslocamento e a venda do bem central resulta no lucro mais elevado para os ofertantes, é atingida a situação mais adequada. Apesar de destacar como predominante o fator econômico para organização do espaço, Christaller (1933) afirma que a existência de vias de tráfego e a criação de distritos administrativos poderiam afetar o que seria o resultado mais natural decorrente das relações de mercado. Reconhece, também, que outros fatores como as condições climáticas, a formação histórico-social, os hábitos e costumes também influenciam no arranjo geral. Essa noção de hierarquia entre os centros urbanos é uma grande contribuição para entendimento dos desequilíbrios regionais, revelando a existência de dominação de um lugar central sobre outro de ordem inferior (BREITBACH, 1986).

Também preocupado com a organização do espaço, mas tendo uma postura mais normativa, Losch (1954) acreditava que explicar porque uma empresa, indústria ou uma cidade se estabeleceu em determinada localização seria um exercício impossível, dada a complexidade de fatores envolvidos, ainda mais explicar isso por meio de variáveis econômicas. Ele objetivava encontrar um padrão mais racional de distribuição das atividades econômicas no espaço. No entanto, a problemática da localização da firma não se esgotaria apenas com esse mecanismo teórico. Tendo isto em mente, ele complementa sua teoria, integrando mercados de bens e tamanhos diferentes superpostos em formato de hexágonos, cujos centros então interconectados por meio de uma rede de transportes. Para Clemente (2000), a questão fundamental desta teoria refere-se à explicação do que leva a produção a se concentrar espacialmente. Ao observar custos de transportes mais elevados, essa diferença de acessibilidade acaba por proteger a produção local, induzindo a desconcentração para maior aproveitamento do espaço. No entanto, a tendência ao barateamento dos transportes e o surgimento de economias de escala na produção conduzem à concentração da produção. Esses fatores ajudariam a explicar o porquê no interior de uma mesma economia haveria diferentes níveis de desenvolvimento.

Outras contribuições foram importantes no entendimento dos desequilíbrios regionais, como o Processo de Causação Circular Cumulativa desenvolvido por Myrdal (1957), em que a riqueza ou a pobreza são vistas como condição que se retroalimenta se a estrutura que as gera

não se altera. Desse modo, as piores condições internas ou as melhores tenderiam a se acentuar na medida em que as suas causas persistissem, exceto se houvesse algum fator exógeno ao cenário interno de um país que pudesse alterar essa estrutura inercial.

Para Myrdal (1957), a origem deste processo estaria principalmente no poder de atração atual da região, uma vez que determinada atividade econômica obteve êxito inicialmente em certo lugar, cria-se um atrativo para outras ao gerar boas perspectivas de sucesso e outras oportunidades negociais. Este ponto de partida se torna um diferencial frente a outras regiões ainda não exploradas e sem dinâmica interna.

Nesta perspectiva, Hirschman (1958) analisou o processo de desenvolvimento econômico e como o mesmo poderia ser transmitido de uma região para outra. Assume-se, então, que o desenvolvimento econômico não ocorre ao mesmo tempo e em todos os lugares e tende a se concentrar em algumas regiões. Faz-se necessário um planejamento de estratégias sequenciais, onde o investimento em determinada atividade ampliaria os estoques disponíveis de um bem ou insumo, gerando a formação de capital complementar em outras atividades, possibilitando o desenvolvimento desta e de outras em cadeia.

Até este ponto, fica claro que para os autores citados é necessário um planejamento para melhor distribuir as atividades econômicas e os frutos do desenvolvimento no interior de uma nação ou região. Não só o estabelecimento de uma cidade ou atividade em determinado lugar causa impactos na estrutura produtiva e relações comerciais, atraindo investimentos para uma região e desestimulando o crescimento de outras, mas também fatores culturais e históricos podem ser determinantes na trajetória de oportunidades de uma localidade. Neste sentido, a próxima seção tratará da formação e ocupação do espaço econômico do estado de Goiás para melhor compreensão desta temática.

3 Formação e ocupação do espaço econômico goiano

A ocupação do território goiano é um episódio da ocupação nacional, tendo sido motivada pelo espírito mercantilista e sua visão de uma nação rica. E justamente pelas razões de como ocorreu, repercutiu-se no tempo em vários obstáculos para regiões que não se encontravam no centro do ciclo mercantil ou, posteriormente, mais conectados ao eixo dinâmico da economia.

Segundo Bertran (1978), o estado de Goiás começou a se desenhar no ciclo do ouro da economia nacional, explorando basicamente o ouro de aluvião, aquele presente na margem dos rios, utilizando técnicas rudimentares. A região, muito isolada devido à reduzida quantidade de

estradas e de difícil acesso, com pequena atividade urbana e ausência de outras atividades que compensassem a criação de raízes, não teve o estímulo à formação de vilas e cidades, tendo seu povoamento atrasado e seu desenvolvimento estagnado por muito tempo.

A partir do século XIX, a pecuária passou de suporte à principal atividade econômica desenvolvida em Goiás. O baixo investimento exigido pela bovinocultura, a grande disponibilidade de pastos, a facilidade resultante do gado se autotransportar e a valorização da carne nas minas tornaram a pecuária a melhor alternativa. A atividade foi explorada de forma extensiva, o que explica em parte o impulso à concentração de terras (BERTRAN, 1978).

Sobre a composição e transição das atividades econômicas no estado de Goiás, há que se destacarem as diferenças existentes desde o início na ocupação das porções sul e norte goianos. Segundo Estevam (2004), as duas partes destoavam em relação à modalidade produtiva. Em 1796, havia 1.189 lavouras no sul, enquanto que no norte apenas 458. Mais tarde em 1828, o sul possuía 1.476 e o norte 910. Quanto ao total de propriedades rurais, em 1796, havia 121 fazendas de gado no sul e 401 no norte. Já em 1828, havia no sul 156 e no norte 546. Esta inclinação para a pecuária no norte se devia a inexpressividade das jazidas da região, fomentando a atividade precocemente nesta porção territorial.

Em 1890, a criação da ferrovia no Triângulo Mineiro marca um novo capítulo da ocupação de Goiás, em que a porção sul de Goiás teve uma grande facilitação no intercâmbio de mercadorias em comparação com o cenário anterior de quase isolamento (MENDES; FERREIRA, 2012). Essa proximidade com os trilhos intensificou o comércio dos excedentes de produção dos fazendeiros e dos negócios devido à facilidade e velocidade do novo meio de transporte, trazendo consigo um espírito mercantil e até de financiadores da produção agropecuária nas áreas influência da ferrovia. Contudo, a agricultura ainda era precária e não tinha organização suficiente para atender a demanda crescente.

A ferrovia começou a penetrar o estado de Goiás, mas até 1920, abrangia apenas 176 km de Goiás, da margem do rio Parnaíba à margem do rio Corumbá. A partir de 1921, houve uma retomada na construção de ferrovias para o interior do estado (MENDES; FERREIRA, 2012). Segundo Bertran (1978), apenas os municípios de Catalão, Ipameri e Corumbá eram cortados pelos trilhos da Goiás Railway. Esta área produzia arroz, boi gordo, fumo, charque, couro, suíno, toucinho e borracha. Aos poucos, com canais de conexão de escoamento de produção, a economia goiana começou a se expandir e diversificar dentro de uma lógica nacional, subordinada à economia paulista.

Neste período, destoam-se ainda mais as características goianas. No Sudeste, mais próximo dos canais de escoamento, mais alinhado e relacionado com o ciclo mercantil, houve um incremento na urbanização, visto através de movimentos de compra e venda de terras. Devido ao acréscimo do comércio, os fazendeiros começaram a destinar a terra apenas para a criação de gado, o que permitiu auferir lucros e renda ainda que em curto período. O Sudoeste também passou a ter alto grau de valorização da terra, chegando a quase não apresentar terras devolutas, tendo praticamente duas destinações, reserva de valor para capitais que ali eram investidos e exploração da pecuária extensiva. Já na parte central, de ocupação mais antiga, e na porção norte, a dinâmica pouco se alterou. Essas regiões se encontravam pouco integradas aos novos movimentos econômicos, ficando imunes às modificações nas estruturas sociais e fundiárias.

A década de 1930 foi um marco no padrão de desenvolvimento econômico brasileiro e goiano. Com a construção de Goiânia e a política agrária da “Marcha para o Oeste”, além de maior integração do mercado nacional sob a liderança de São Paulo, ocorreram significativas correntes de migração, acelerando o processo de reorganização espacial. Movimento este, que não foi tão acentuado no centro e no norte do estado. Com a nova capital propiciando resultados imediatos com efeitos multiplicadores sobre os investimentos públicos, procurou-se integrar espacialmente a cidade junto com a nova estratégia do governo de estabelecer o modal rodoviário no país, permitindo inclusive maior comunicação dentro do estado (ESTEVAM, 2004).

Nas décadas de 1960 e 1970, a configuração das rodovias federais em Goiás já apresentava uma concentração na parte meridional do território, atendendo Goiânia e Brasília e municípios como Rio Verde, Itumbiara e Catalão, bem como áreas produtoras de grãos e minérios (CASTILHO, 2014). A BR-153 atravessava de norte a sul o estado de Goiás, integrando-se às demais regiões do país, exercendo uma função central na mobilidade e integração da parte setentrional do estado, compreendida como a parte norte atual e o estado do Tocantins. A rodovia exerceu um grande papel no conjunto de modificações seja na rede urbana, na economia, na ocupação de novas terras ou no aumento do fluxo migratório.

Assim, o estado já possuía características internas muito distintas, em se tratando dos extremos, Norte e Sul, em que basicamente pouco se comunicavam ou tinham relações comerciais, culminando em duas realidades muito distintas. Além do Sul centralizar o poder político e o desenvolvimento econômico, também concentrava o fornecimento de serviços e investimentos do estado. Este cenário acaba levando à divisão estadual, Goiás – Tocantins, no

final da década de 1980. Mesmo com a divisão do estado, Goiás ainda apresenta bastante heterogeneidade no desenvolvimento das esferas sociais, culturais e econômicas, principalmente, no que se refere às regiões mais ao norte do estado, em especial a região do Nordeste Goiano, conhecida como o “Corredor da Pobreza”. A próxima seção tratará da análise comparativa de dados entre a região Nordeste Goiano, as demais regiões de planejamento e o estado de Goiás.

4 A Região Nordeste Goiano e a pobreza no estado de Goiás

Com a finalidade de dividir o estado em regiões para estratégias de desenvolvimento governamental, Goiás foi dividido em 10 regiões, sendo integrantes do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 (GOIÁS, 2010).

Cada região de planejamento (Figura 1) seguiu critérios específicos para sua criação, seja por ter uma cidade Central, como nos casos da região Metropolitana de Goiânia e do Entorno de Brasília, ou a partir do seu principal eixo rodoviário. Mas as regiões Norte Goiano e Nordeste Goiano tiveram sua criação com vistas a minorar os desequilíbrios regionais, diminuir a diferença de condições frente às outras regiões.

Figura 1: Goiás: Regiões de Planejamento

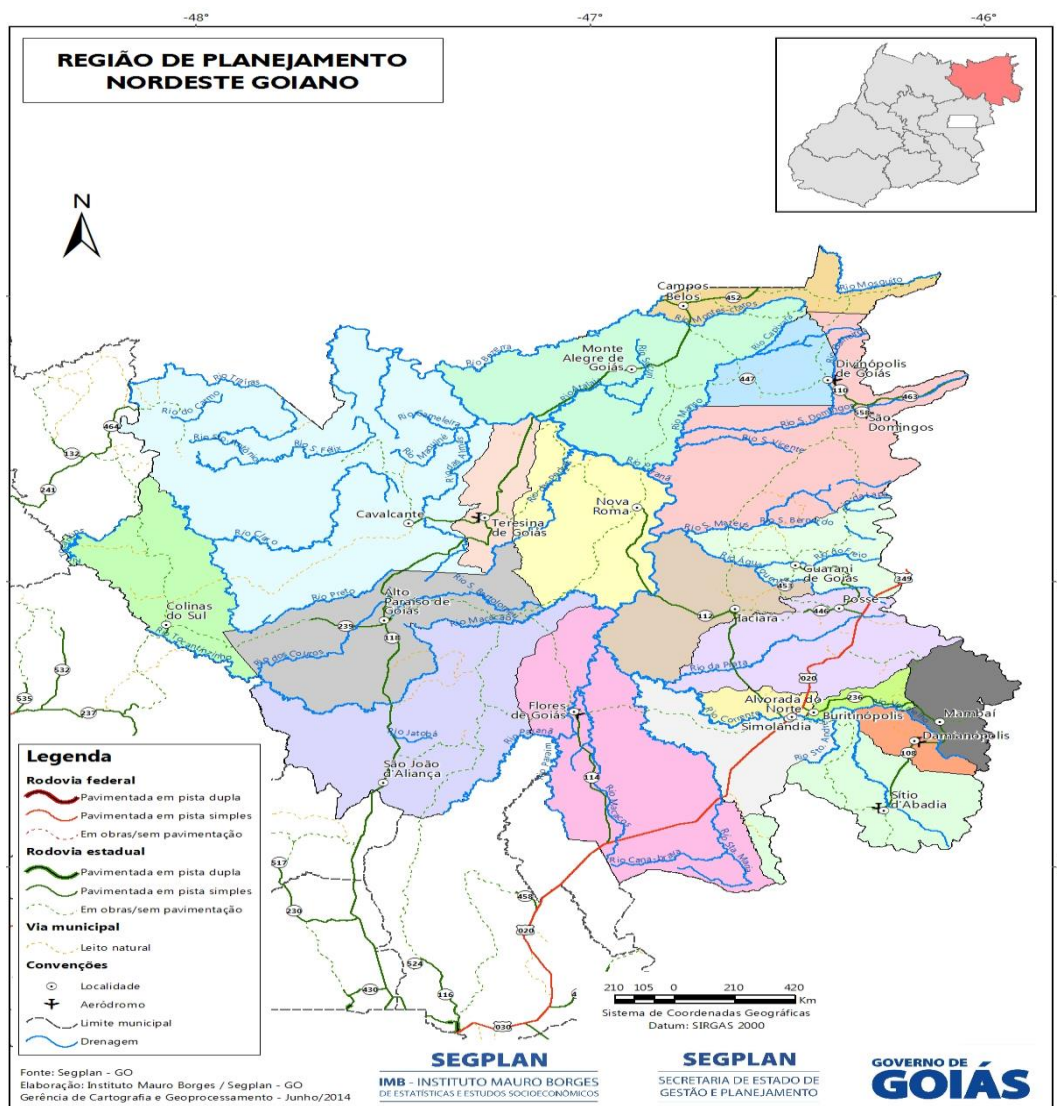


Fonte: GOIÁS (2014.b).

A região Nordeste Goiano é composta pelos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, Posse, São Domingos, São João D'Aliança, Simolândia, Sítio D'Abadia e Terezinha de Goiás (Figura 2), correspondendo a 11,39% do território estadual. Essa região de planejamento engloba as microrregiões definida pelo IBGE Vão do Paranã e Chapada dos Veadeiros.

Segundo Goiás (2010), a região Nordeste, considerada a mais pobre do estado, possui dois eixos de desenvolvimento, um voltado para o potencial turístico, que é a Chapada dos Veadeiros e outro voltado para a agropecuária, que é o Vão do Paranã.

Figura 2: Região Nordeste Goiano



Fonte: GOIÁS (2014.b).

A Chapada dos Veadeiros, especialmente o município de Alto Paraíso, com divulgação constante nas mídias, inclusive em nível internacional, tem provocado um aumento considerável no número de turistas na região. Importante ressaltar ainda o veio turístico do Parque Estadual de Terra Ronca em São Domingos, com grande potencial de investimento. O município de Posse, na divisa com a Bahia, é uma cidade polo em diversas áreas, como educação e saúde e se tornou forte entreposto comercial, principalmente devido à agricultura do Oeste baiano, que realiza suas transações comerciais na cidade goiana.

Encontra-se no Nordeste de Goiás o maior Quilombo da América Latina, a comunidade Kalunga, com cerca de 4 mil habitantes, ocupando uma área de 237 mil ha. que se estendem

pelos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. O estado criou através de Lei Complementar Estadual nº 19 de 05/01/1995, o território Kalunga como Patrimônio Cultural e Sítio de Valor Histórico (GOIÁS, 2010).

Apesar dessas características, as atividades econômicas da região concentram-se basicamente no setor agropecuário, apesar de não possuir expressividade. A indústria representava, em 2008, apenas 1,48% do PIB, sendo atividades com baixo valor agregado, representado por pequenos estabelecimentos ligados a atividades como confecção de roupas, laticínios, padarias, fábricas de farinha de milho e de mandioca, torrefação de café e outras (GOIÁS, 2010). O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) deste ano correspondeu a 0,37% do total arrecadado pelo estado e a evolução entre os anos 2006-2008 foi de 26,27%, contra os 37,24% de crescimento do estado (GOIÁS, 2010).

De acordo com o observado, a região Nordeste Goiano tem pouca dinâmica interna e, até hoje, está pouco integrada à economia goiana. O cenário pouco favorável não demonstra melhorias quando se faz uma análise comparativa de dados para a região Nordeste contra o restante do estado.

A Região Metropolitana de Goiânia, por exemplo, possui pouco mais de 7,3 mil km² de extensão, apenas 2,16% do território estadual, mas concentra mais de 36% do total de habitantes do estado. Já a Região Nordeste Goiano apresenta uma situação inversa, possuindo mais de 11% do território e concentra aproximadamente 2,8% da população estadual. Esta discrepância fica ainda mais visível na Tabela 1.

Tabela 1- Perfil populacional por Região de Planejamento (RP) em 2010

Localidade	População Urbana	População Rural	População Total	Pop/km ²
RP CENTRO GOIANO	564.037	58.854	622.891	33,58536
RP ENTORNO DO DF	939.490	107.771	1.047.261	29,13108
RP METROPOLITANA DE GOIÂNIA	2.129.914	43.092	2.173.006	297,0736
RP NORDESTE GOIANO	111.327	58.634	169.961	4,16838
RP NOROESTE GOIANO	110.239	30.627	140.866	9,069031
RP NORTE GOIANO	242.753	65.364	308.117	5,173921
RP OESTE GOIANO	266.778	71.598	338.376	6,584171
RP SUDESTE GOIANO	204.318	43.884	248.202	9,861416
RP SUDOESTE GOIANO	496.625	57.469	554.094	9,006715
RP SUL GOIANO	355.588	45.683	401.271	15,97065
ESTADO DE GOIÁS	5.421.069	582.976	6.004.045	17,6524

Fonte: IBGE (2010). Elaboração dos autores.

A Região Metropolitana de Goiânia se destaca das demais, com aproximadamente 297 pessoas por km², enquanto que a região Centro Goiano, posicionada em segunda em termos de densidade populacional, apresenta aproximadamente 34 pessoas por km², uma diferença de praticamente dez vezes. A Região Nordeste Goiano possui a menor razão, aproximadamente 4 pessoas por km², sendo que a média estadual é mais do que quatro vezes superior. Essa diferença aumentou entre os anos 2000 e 2010 (IBGE, 2010).

A distribuição relativa do emprego formal se assemelha à da população, como visto na Tabela 2. Esta tabela trata das informações enviadas pelos empregadores sobre o número de vínculos empregatícios formais existentes, através da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Tabela 2- Empregos por Região de Planejamento - RP (2002; 2014)

Localidade	Variável	2002	2014	Localidade	Variável	2002	2014
ESTADO DE GOIÁS	Empregos - Total (número)	781.443	1.514.532	NORTE GOIANO	Empregos - Total (número)	23.133	49.411
	Empregos por habitante	15,00%	23,22%		Empregos por habitante	7,76%	15,46%
	RP/ESTADO	---	---		RP/ESTADO	2,96%	3,26%
CENTRO GOIANO	Empregos - Total (número)	70.979	148.609	OESTE GOIANO	Empregos - Total (número)	27.262	54.755
	Empregos por habitante	12,82%	22,23%		Empregos por habitante	8,26%	15,58%
	RP/ESTADO	9,08%	9,81%		RP/ESTADO	3,49%	3,62%
ENTORNO DO DF	Empregos - Total (número)	49.279	114.140	SUDESTE GOIANO	Empregos - Total (número)	28.000	57.615
	Empregos por habitante	5,58%	9,85%		Empregos por habitante	12,87%	21,49%
	RP/ESTADO	6,31%	7,54%		RP/ESTADO	3,58%	3,80%
METROPOLITANA DE GOIÂNIA	Empregos - Total (número)	450.492	796.059	SUDOESTE GOIANO	Empregos - Total (número)	65.944	152.904
	Empregos por habitante	24,56%	33,38%		Empregos por habitante	14,74%	25,00%
	RP/ESTADO	57,65%	52,56%		RP/ESTADO	8,44%	10,10%
NORDESTE GOIANO	Empregos - Total (número)	7.540	17.100	SUL GOIANO	Empregos - Total (número)	48.150	102.161
	Empregos por habitante	5,01%	9,37%		Empregos por habitante	13,34%	23,74%
	RP/ESTADO	0,96%	1,13%		RP/ESTADO	6,16%	6,75%
NOROESTE GOIANO	Empregos - Total (número)	10.664	21.778				
	Empregos por habitante	7,90%	14,81%				
	RP/ESTADO	1,36%	1,44%				

Fonte: GOIÁS (2014a). Elaboração dos autores.

Houve crescimento do número de vínculos empregatícios formais em Goiás como um todo. Quase todas as regiões de planejamento cresceram acima do nível do estado neste período,

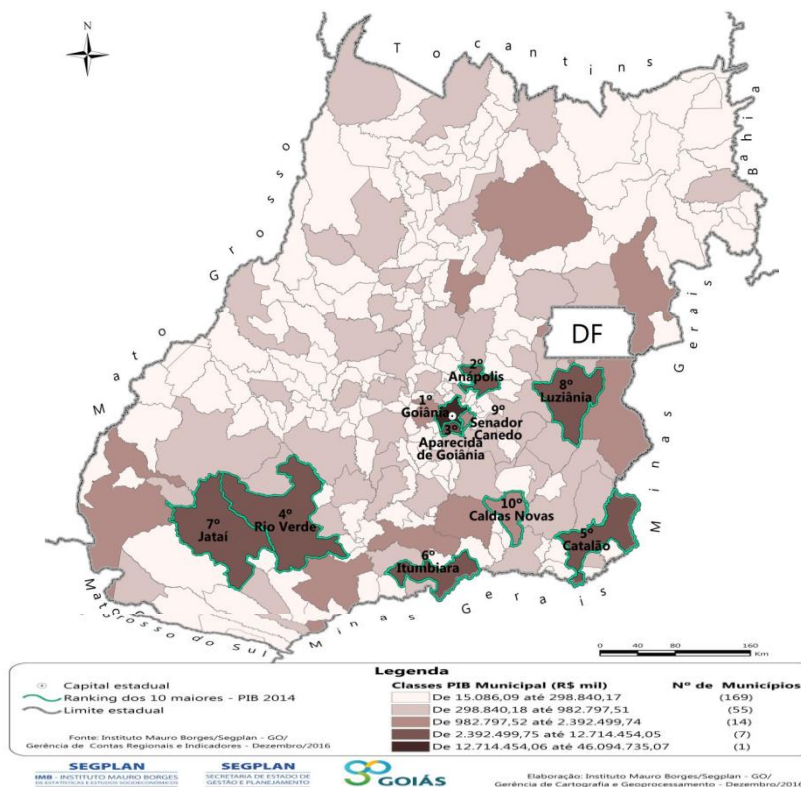
com exceção da região Metropolitana. Mais da metade do emprego formal estadual está concentrado nesta região, tendo perdido um pouco desta participação nesse período verificado. E mesmo assim, a proporção de empregos em relação à população é bem superior à estadual. Além da região Metropolitana, apenas as regiões Sudoeste e Sul apresentaram proporção superior à média. O destaque no crescimento está para as regiões Sudoeste e Nordeste que cresceram a taxas superiores a 120% do total de vínculos de emprego. Mas ambas se encontram em condições bem distintas. A primeira agora detém mais de 10% de vínculos de emprego do Estado, enquanto a outra possui pouco mais de 1%, e a taxa de empregos formais por habitante é mais do que o dobro, dando a impressão de que o crescimento da região Nordeste é puro efeito de alcance.

Como argumentado em Losch (1954), onde uma população não é bem distribuída no espaço, se concentrando em algumas regiões, haverá maior nível de atividade econômica, onde há maior demanda, gerando maior nível de emprego e renda, valorizando alguns lugares em detrimento de outros, como no caso do Centro-Sul. Esta distribuição mais concentrada na parte meridional⁵ de Goiás também é acompanhada pela distribuição do produto, como veremos na Figura 3, que mostra os municípios em termos de Produto Interno Bruto em 2014.

De acordo com a Figura 3, há maior frequência de municípios com coloração mais clara, com PIB mais baixo, no Nordeste, Oeste e Norte do estado. Os municípios com produto mais elevado para os padrões do estado se concentram principalmente do Centro para o Sul. Naturalmente, quanto mais pessoas trabalhando, produzindo, maior será o Produto Interno Bruto do município, e como consequência, da região.

⁵ Referindo-se ao Sul do estado, abrangendo as seguintes regiões de planejamento: Centro Goiano, Metropolitana de Goiânia, Sudeste Goiano, Sudoeste Goiano e Sul Goiano.

Figura 3: PIB dos municípios goianos a preços correntes (R\$ mil) – 2014



Fonte: GOIÁS (2014b).

No entanto, em termos de PIB per capita, os dados evidenciam heterogeneidade, apresentando ainda diferenças enormes, como visto na Tabela 3.

Tabela 3- PIB per capita por Região de Planejamento a preços correntes (R\$1.000)

LOCALIDADE	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CENTRO GOIANO	6,23	7,40	7,56	8,44	10,70	12,59	15,41	18,61	23,03	24,37	24,77	25,14	26,91
ENTORNO DO DF	3,39	4,11	4,41	4,65	4,87	6,35	7,12	7,95	8,91	10,16	11,71	12,56	13,37
METROPOLITANA DE GOIÂNIA	7,90	8,75	9,51	10,23	11,79	13,20	14,10	15,68	18,18	20,73	23,31	24,52	27,88
NORDESTE GOIANO	3,39	5,15	5,62	5,78	6,09	7,32	8,13	7,69	9,04	9,99	11,99	11,77	12,32
NOROESTE GOIANO	4,40	5,31	5,96	5,99	6,55	7,71	8,57	9,54	10,67	12,07	13,94	15,56	16,69
NORTE GOIANO	7,03	7,78	8,94	9,51	10,80	14,56	13,89	14,68	16,71	19,70	21,88	20,37	21,23
OESTE GOIANO	5,67	6,98	8,30	7,88	8,59	9,85	10,93	12,13	14,01	15,24	17,66	19,42	20,68
SUDESTE GOIANO	12,89	16,37	17,62	19,07	20,29	24,38	28,56	30,84	33,04	35,20	43,26	41,44	40,69
SUDOESTE GOIANO	13,93	15,61	16,69	15,49	16,22	18,90	22,49	24,76	25,85	29,08	33,00	35,95	36,06
SUL GOIANO	9,94	12,11	13,02	12,48	13,52	15,29	17,41	18,95	20,31	23,52	28,10	29,48	30,99
ESTADO DE GOIÁS	7,41	8,59	9,28	9,58	10,71	12,65	14,10	15,67	17,78	19,95	22,54	23,52	25,30

Fonte: GOIÁS (2014b). Elaboração dos autores.

Apesar de o PIB per capita não poder ser entendido como um medidor de renda pessoal, pois não leva em consideração a forma de distribuição de renda interna, é utilizado, seguindo a

ideia de que os cidadãos se beneficiam do aumento da produção total de uma determinada localidade, tendo mais bens e serviços disponíveis para consumo. Como podemos observar na Tabela 3, a evolução dos valores para a região Nordeste no período indica um distanciamento em relação à média. Em 2002, com diferença R\$ 4.000 por pessoa, em 2014 apresentou diferença de R\$ 13.000. As regiões do Centro-Sul são as que apresentam desempenho superior ao nível estadual.

Os dados apresentados têm confirmado a teoria de Myrdal (1957) quanto aos desequilíbrios regionais, ou seja, as regiões mais ao sul apresentaram maior dinamismo econômico inicialmente. Mais oportunidades econômicas surgiram para esta parte do estado durante todo o seu processo de ocupação econômica, o que pode ajudar a explicar também o porquê da diferença de desempenho entre essas regiões do estado. O atual poder atrativo vem sendo consolidado há muito tempo, inicialmente se destacando das outras partes do território goiano, e hoje encabeçam seu desenvolvimento econômico e social. Mesmo atualmente, com vista à falta de dinamismo interno das regiões da parte setentrional, não se vislumbram mudanças para este cenário.

Estes desequilíbrios podem resultar em drenagem de recursos para as regiões que já estão mais favorecidas, acentuando as disparidades como apontado em Myrdal (1957) e Hirschman (1958).

Nesse contexto, a Tabela 4 trata de vagas oferecidas por instituições públicas e privadas para vestibulares ou cursos técnicos. Os dados para o estado de Goiás evidenciam uma grande escassez de vagas, entre os períodos observados. Apesar do crescimento, Goiás dispunha de vagas para 1,66% de sua população em 2013. Apenas as regiões Metropolitana de Goiânia, Sudoeste Goiano e Oeste Goiano apresentaram melhor desempenho. A região Metropolitana além de ter a maior proporção de vagas por habitante (2,61%), concentra 57,17% do total de vagas estadual. O ponto positivo é que a quantidade de vagas total aumentou e há indícios de desconcentração. Por outro lado, a região Nordeste perdeu vagas, e para os dados de 2013 tem a menor proporção de vagas, sendo de 0,16%, menos que os 0,25% de 2002.

Tabela 4- Número de vagas por vestibulares e outros processos seletivos

Localidade	Variável	2002	2013	Localidade	Variável	2002	2013
ESTADO GOIÁS	DE Vagas Oferecidas	52.193	106.958	NORTE GOIANO	Vagas Oferecidas	1.000	1.725
	Vagas por pessoa	1,00%	1,66%		Vagas por pessoa	0,34%	0,54%
	RP/UF*	--	--		RP/UF	1,92%	1,61%
CENTRO GOIANO	Vagas Oferecidas	4.402	10.704	OESTE GOIANO	Vagas Oferecidas	1.415	6.040
	Vagas por pessoa	0,79%	1,62%		Vagas por pessoa	0,43%	1,72%
	RP/UF	8,43%	10,01%		RP/UF	2,71%	5,65%

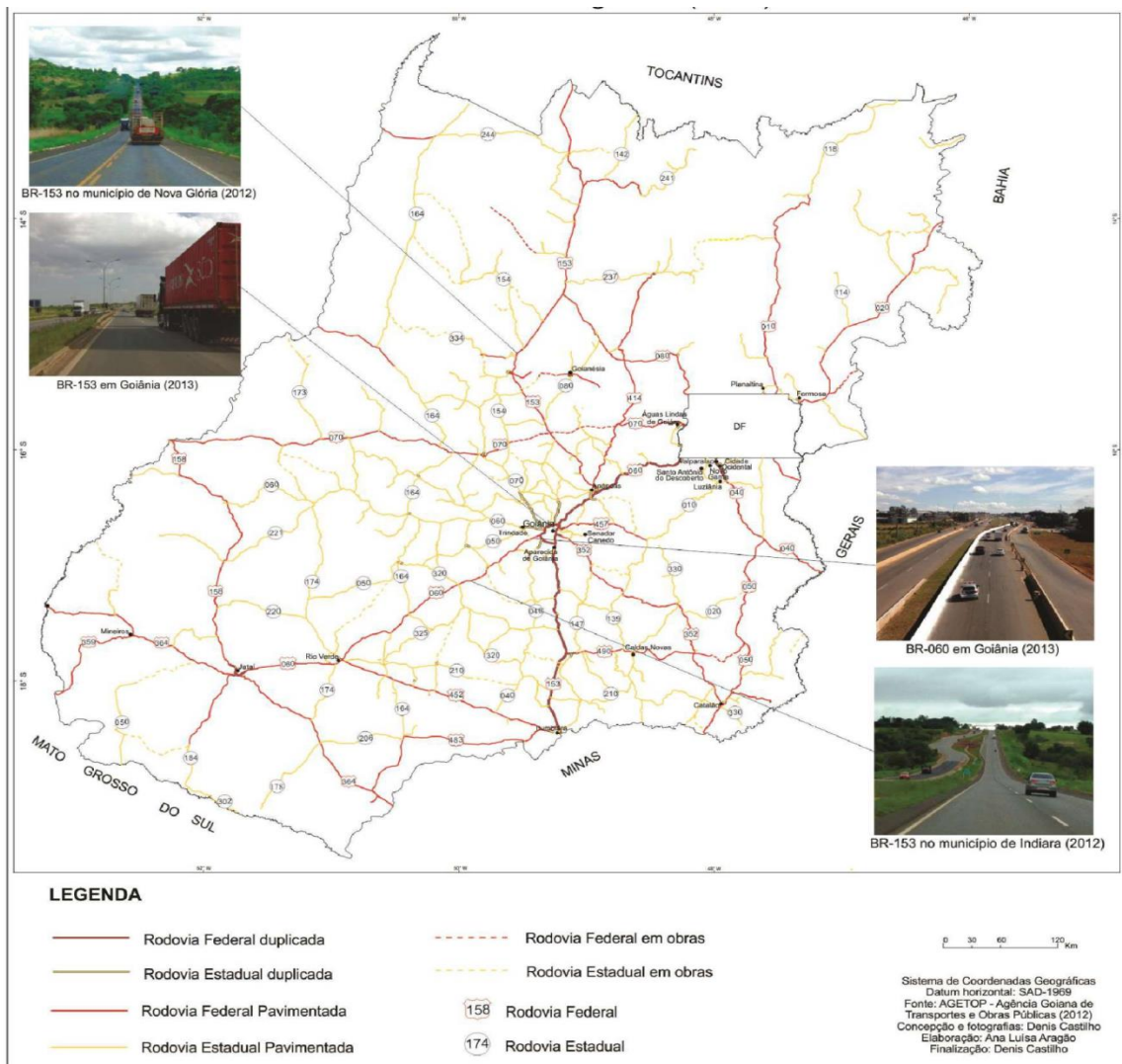
ENTORNO DO DF	Vagas Oferecidas	4.403	4.414	SUDESTE GOIANO	Vagas Oferecidas	1.380	2.910
	Vagas por pessoa	0,50%	0,39%		Vagas por pessoa	0,63%	1,10%
	RP/UF	8,44%	4,13%		RP/UF	2,64%	2,72%
METROPOLITANA DE GOIÂNIA	Vagas Oferecidas	31.967	61.149	SUDOESTE GOIANO	Vagas Oferecidas	3.420	10.729
	Vagas por pessoa	1,74%	2,61%		Vagas por pessoa	0,76%	1,79%
	RP/UF	61,25%	57,17%		RP/UF	6,55%	10,03%
NORDESTE GOIANO	Vagas Oferecidas	375	280	SUL GOIANO	Vagas Oferecidas	3.160	5.095
	Vagas por pessoa	0,25%	0,16%		Vagas por pessoa	0,88%	1,20%
	RP/UF	0,72%	0,26%		RP/UF	6,05%	4,76%
NOROESTE GOIANO	Vagas Oferecidas	671	1.000				
	Vagas por pessoa	0,50%	0,68%				
	RP/UF	1,29%	0,93%				

Fonte: BRASIL (2017). Elaboração dos autores.
*RP/UF: Região de Planejamento por Unidade Federativa.

Outro elemento na análise das disparidades regionais goianas é o sistema de transportes. O traçado dos caminhos, sejam por ferrovias ou rodovias, foram alguns dos aspectos mais relevantes para o delineamento e distribuição das cidades em Goiás. Estes são levados em consideração nas decisões das empresas e pessoas, seja pelo nível de integração com outras cidades ou demais atividades econômicas, como pelo potencial de reduzir custos de produção. Localizar-se em uma região com poucas vias de acesso, com baixa manutenção e que não beneficiam projetos de expansão, pois não se conectam com outros estados, acaba por limitar o crescimento das empresas e, por conseguinte, das regiões.

Assim como para as outras variáveis, as rodovias estão mal distribuídas. Existe uma concentração na parte central e sul, onde há maior quantidade de cidades circunvizinhas atendidas, como apresentado na Figura 4. De acordo com Castilho (2014), pela posição de centralidade que Goiânia ocupa e pela quantidade fluxos drenados pela capital, a estrutura espacial das rodovias estaduais segue um padrão radial, interligando as demais regiões do Estado à capital. A formação radial também é observada nas rodovias federais se concentrando em Brasília, e conectando as regiões de Goiás ao Centro-Oeste, Centro-Norte e Sudeste brasileiros. As rodovias federais se concentram na parte meridional do estado, no meio-norte com a Belém-Brasília e no nordeste com a BR-020, desempenhando uma função inter-regional em escala nacional. Ou seja, tanto rodovias estaduais como federais se concentram principalmente na parte Centro-Sul do Estado, o que se manifesta para a região Nordeste Goiano como grandes espaços em branco, com baixa integração com o restante de Goiás.

Figura 4: Rede rodoviária goiana em 2012



Fonte: CASTILHO (2014).

As perspectivas de melhora no quadro distributivo são pouco otimistas, já que além do cenário atual de disparidades entre as regiões, mesmo os projetos de investimentos governamentais têm se concentrado no Centro-Sul.

A Tabela 5 trata das intenções de investimentos públicos por região de planejamento para o período de 2014-2017. Estes se mantêm concentrados também na região Centro-Sul. O Norte tem apenas 19,6% das intenções de investimentos para este período, o Centro-Sul concentra 66,9% destas intenções e investimentos que abrangem vários municípios, não contemplando apenas uma região, 13,5%. A região Nordeste Goiano é a que tem menor participação desta repartição, com a apenas 0,1% das intenções, enquanto que a que receberá mais é a região Metropolitana de Goiânia, com 18,2%. De acordo com GOIÁS (2014), a concentração de investimentos está relacionada com o tipo de atividade desenvolvido e a

quantidade de empreendimentos para cada região. As atividades de mineração/beneficiamento, transportes/logística e sucroenergética detêm 59,8% das intenções de investimentos. Os valores para a região Metropolitana estão vinculados com as obras do BRT e a construção do novo terminal de embarque do aeroporto de Goiânia.

Tabela 5- Intenção de Investimentos para Goiás - Montante de Investimentos e Quantidade de Projetos por Região de Planejamento 2014-2017

Regiões de Planejamento	Montante (em R\$ 1.000)	Participação (%)	Projetos
CENTRO GOIANO	4.836.473,00	13,9	241
ENTORNO DO DF	1.509.401,00	4,3	50
METROPOLITANA DE GOIÂNIA	6.306.220,00	18,2	520
NORDESTE GOIANO	10.297,00	0,1	3
NOROESTE GOIANO	647.382,00	1,9	38
NORTE GOIANO	2.175.854,00	6,3	57
OESTE GOIANO	2.427.598,00	7,0	52
SUDESTE GOIANO	4.855.081,00	14,0	81
SUDOESTE GOIANO	2.740.435,00	7,9	122
SUL GOIANO	4.475.202,00	12,9	105
ESTADO DE GOIÁS*	4.729.706,00	13,5	15

Fonte: GOIÁS (2014c).

* Refere-se a investimentos que abrangem vários municípios

As disparidades internas em Goiás são muito grandes, tendo regiões com situações completamente opostas em seu território. Algumas têm apresentado melhor infraestrutura de transportes, maior produto, maior volume de investimentos e maiores oportunidades de emprego e educação, tornando-as muito mais atrativas que as outras regiões, seja para as empresas ou para as pessoas. Esse é o caso da parte Centro-Sul de Goiás em detrimento da região Nordeste Goiano, corroborando com os argumentos desenvolvidos em Myrdal (1957).

5 Considerações Finais

A forma como se deu o processo de ocupação do território goiano causou grandes desdobramentos sobre sua distribuição de recursos, pessoas e atividades econômicas. Com o isolamento geográfico inicial das vilas e povoados e as poucas atividades econômicas nos séculos XVIII e XIX, a população se distribuiu de forma esparsa. A estagnação vivida pelo território goiano aos poucos foi sendo rompida devido à proximidade da linha de ferro, alterando a forma de produção e a relação com a terra, gerando processos de acumulação destas para criação extensiva de bovinos e, posteriormente, para grãos, soja e outros.

Durante o século XX, a estrutura interna se alterou um pouco, porém a concentração de atividades e da dinâmica econômica permaneceu no sul. Com a criação de Goiânia e Brasília, as rodovias se dispuseram de tal forma a conectar a capital e o Distrito Federal com as regiões do interior do Estado e com as demais regiões do país.

Tendo em vista o objetivo de mensurar o problema das disparidades econômicas internas no estado, os dados puderam mostrar que há uma grande heterogeneidade interna em Goiás, principalmente se comparada com regiões mais pobres ao norte, como é o caso da região Nordeste Goiano que figurou entre as últimas em termos de concentração populacional, disponibilidade de ofertas de emprego e de vagas no ensino superior ou técnico, em nível do PIB e PIB per capita, baixo acesso relativo em se tratando de infraestrutura de transportes rodoviários e baixas intenções de investimentos governamentais, mostrando o descaso governamental.

Ainda hoje, tanto o espaço como a economia goiana são pouco integrados. E como apontado por Christaller (1933), as vias de transporte e a criação de distritos influenciam grandemente no que poderia ter sido a organização natural das cidades e suas relações mercantis de codependência. Isso não quer dizer que a inexistência da nova capital propiciaria um cenário de melhor distribuição da riqueza no Estado, mas é uma das condições que afetou a alocação dos recursos e das decisões de investimento governamental e privado. Tanto é que a malha rodoviária segue uma estrutura radial em função de Goiânia e de Brasília, conectando-a com as regiões do estado e às outras regiões do país.

Por fim, ficou evidente que as condições econômicas e de ocupação territorial, no início da formação do estado, foram de suma importância, onde o panorama de desenvolvimento mais ao sul e de retardo ao norte se perpetuou ao longo das décadas.

Referências

BERTRAN, P. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinaes>. Acesso em: 21 de out. 2017.

BREITBACH, C. M. A. **Estudo sobre o conceito de região**. 1986. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1986.

CASTILHO, D. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia)–Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1933.

CLEMENTE, A; HIGASHI, Y. H. Localização industrial. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000. p 105-111.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura dinâmica da formação de Goiás**. 2. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. Instituto Mauro Borges. **Perfil Competitivo das Regiões de Planejamento do Estado de Goiás**. Goiás, 2010. (Estudos do IMB). Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/anexos/2011-04/f40892f24f7def77a05e7bce682943ff.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. Instituto Mauro Borges. **Panorama Socioeconômico de Goiás**. Goiás, 2012. (Estudos do IMB) Disponível em: http://www.imb.go.gov.br/down/panorama_socieconomico_goias.pdf. Acesso em: 02 de out. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. Instituto Mauro Borges. **Desequilíbrios regionais e a distribuição de recursos em Goiás**. Goiás, 2013. (Estudos do IMB) Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/down/desequilibriosregionaiseadistribuicaoderecursosgoias.pdf>. Acesso em: 02 de out. 2017.

_____. Secretaria de Gestão e Planejamento. Instituto Mauro Borges. **A desigualdade Rendimentos em Goiás**. Goiás, 2014a. (Estudos do IMB). Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/adesequidadederendimentosemgoias.pdf>. Acesso em 05 de set. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. Instituto Mauro Borges. **Concentração do PIB nas regiões de planejamento de Goiás 2002 e 2011**. Goiás, 2014b. (Estudos do IMB). Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/concentracaodopibnasmicrorregioesdegoiasentre2002e2011.pdf>. Acesso em 30 de ago. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. Instituto Mauro Borges. **Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás**. (Estudos do IMB). Goiás, 2014c. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/down/pii201405.pdf>. Acesso em 14 de nov. 2017.

HADDAD, P. R. (org.) **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1989. p 165-183.

HIRSCHMAN, O. A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1958.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LOSCH, A. **The economics of location**. New Haven: Yale University Press, 1954.

MENDES, E. de P. P. ; FERREIRA, I. M. Ocupação e povoamento dos territórios centrais do Brasil: política fundiária e trabalho do século XVIII a XX. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: TERRITÓRIOS EM DISPUTA: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, 2012, Uberlândia (MG). **Anais...** Uberlândia (MG): Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2012

MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. Gerald Duckworth & CO. LTD: London, 1957.